



Partidos definirão senadores para presidir comissões

Semana começa com a expectativa de que o critério da proporcionalidade, que leva em conta o tamanho das bancadas, seja observado para o preenchimento dos cargos

Depois da eleição da Mesa do Senado, na semana passada, os partidos se debruçam agora sobre a composição das 12 comissões permanentes da Casa. Lideranças apostam em acordo para garantir que os nomes para as presidências sejam escolhidos observando o peso dos partidos representados no Senado. Tomando como

base as maiores bancadas, o PMDB, com 18 senadores, deve ter a prerrogativa de fazer a primeira e a terceira escolhas. Ao PT, com 14 parlamentares, devem caber a segunda e a sétima. Já o PSDB, com 11 integrantes, reivindica o direito de fazer a quarta escolha. De todo modo, essa ordem pode mudar dependendo da formação de blocos partidários. **2**

TV Senado recebe tecnologia digital

Equipamentos digitais e de alta definição chegaram à TV Senado para substituir aparelhos que têm entre 15 e 23 anos de uso. A previsão é de que no ano que vem a TV pare de transmitir em sinal analógico. Para o uso da nova tecnologia, 60 servidores efetivos e terceirizados serão capacitados pelo Senado. Os recursos vieram da venda da folha de pagamento para bancos públicos. **2**

Câmeras digitais estão entre os equipamentos que vão melhorar a qualidade da transmissão



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pauta está trancada por medida sobre Lei das ONGs

Chegou ao Senado a medida provisória que adia para julho o início da vigência da Lei das ONGs. A MP 658/2014 foi editada pelo governo a pedido de órgãos públicos e entidades que querem mais tempo para se adequar à nova legislação. A lei, que deveria ter entrado em vigor no ano passado, estabelece regras para a formalização de parcerias entre ONGs e administração pública. **3**

Projeto prevê servidores como secretários da Mesa

Proposta de emenda à Constituição a ser apresentada por José Serra reduz os cargos políticos da Mesa do Senado, de forma que as quatro vagas de secretário seriam ocupadas por funcionários concursados da Casa. A ideia foi elogiada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo líder do PSDB, Cássio Cunha Lima. Atualmente, os sete cargos da Mesa e as quatro suplências são ocupados por senadores. **2**

ACONTECEU NO SENADO

Renan é eleito presidente da Casa pela quarta vez

No primeiro dia da nova legislatura, no domingo da semana passada, tomaram posse os 27 senadores eleitos em outubro. Renan Calheiros foi reeleito presidente e liderará a Casa pelos próximos dois anos. **4**



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros preside sessão do Senado: à frente da Mesa em 2015 e 2016

Regras para afastamento de político podem mudar

Projeto cria novas exigências para afastar de um cargo o agente público ou político que esteja sendo processado por improbidade

de administrativa ou compra de votos. A proposta deve ser analisada em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça. **3**



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Afastamento preventivo por compra de votos dependeria de órgão colegiado

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Saizom / Criação e Marketing

Marcos Oliveira/Agência Senado



Partido de Valdir Raupp, o PMDB tem a maior bancada, com 18 senadores, e deve fazer a primeira e a terceira escolhas

Semana deve definir nomes de presidentes de comissões

Lideranças partidárias apostam em acordo que garantiria o preenchimento dos cargos segundo o princípio da proporcionalidade, que considera o tamanho das bancadas de cada legenda

O SENADO DEVE eleger nesta semana os presidentes e vices das 12 comissões permanentes. A expectativa é de que seja respeitado o princípio da proporcionalidade, que leva em conta o número de senadores de cada partido.

Tomando como exemplo as três maiores bancadas, o PMDB, com 18 senadores, deve fazer a primeira e a terceira escolhas; o PT, com 14 parlamentares, deve ficar com a segunda e a sétima; o PSDB, com 11, deve fazer a quarta. Mas essa ordem pode mudar, dependendo da formação de blocos partidários.

Segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), há um entendimento entre as lideranças para a indicação dos presidentes.

No caso do PMDB, o senador acredita que o partido fará a primeira opção pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e o indicado deverá ser definido até amanhã.

— Diferentemente do que aconteceu na composição da Mesa, as comissões devem obedecer à proporcionalidade, que sempre foi acatada na Casa. Com todo respeito à direção do Senado, foi uma pena que não tenha havido entendimento para que também tivesse sido eleita uma Mesa que respeitasse a proporcionalidade das bancadas — disse.

O PT deve optar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paulo Paim

(PT-RS) deve ser indicado à CDH. Delcídio do Amaral (MS) ou Gleisi Hoffmann (PR) poderão presidir a CAE.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) espera que o direito da oposição de escolher presidências seja respeitado. Ele disse que o PSDB ainda não decidiu que comissão quer presidir.

— Muitas das matérias aprovadas pelo Senado não são levadas ao Plenário. Elas podem ser aprovadas diretamente pelas comissões — lembrou.

Além das comissões permanentes, o Senado participa de seis comissões mistas, com senadores e deputados. Tradicionalmente, há um rodízio entre Câmara e Senado para a presidência desses grupos.

Proposta de Serra reduz cargos políticos na Mesa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a proposta de emenda à Constituição a ser apresentada por José Serra (PSDB-SP) que reduz os cargos políticos da Mesa, de forma que as quatro vagas de secretário seriam ocupadas por funcionários de carreira do Senado. Renan disse que a PEC desde já conta

com seu apoio incondicional. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), também defendeu a proposta.

— É a visão absolutamente correta, que já existe em outros parlamentos do mundo. Os senadores devem ocupar os cargos políticos da Mesa, a Presidência e as Vice-Presidências. As funções adminis-

trativas, a Primeira, Segunda, Terceira e Quarta-Secretarias não devem ser exercidas pelos senadores, e sim pelos funcionários concursados e gabaritados da Casa — disse.

Pela Constituição e pelo Regimento Interno, os sete cargos da Mesa e as quatro suplências são ocupados por senadores e definidos em eleição.

TV Senado começa a receber novos equipamentos digitais

Criada em 5 de fevereiro de 1996, a TV Senado foi a primeira emissora legislativa de alcance nacional. A programação ainda é levada ao ar com equipamentos analógicos que têm entre 15 e 23 anos de uso, mas novos equipamentos digitais e de alta definição começaram a chegar. Na quinta-feira, um caminhão com escolta armada entregou câmeras e outros equipamentos no valor superior a R\$ 1,5 milhão. Os recursos vêm da venda da folha de pagamento dos servidores do Senado ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, o que rendeu R\$ 100 milhões.

De acordo com o diretor da TV Senado, Aloizio Oliveira, entre esses equipamentos está o novo sistema de captação do Plenário e do principal estúdio de jornalismo da emissora. As câmeras que transmitem as sessões ao vivo

hoje foram compradas em 1996. A previsão é que a TV deixe de transmitir em sinal analógico em 2016.

Para Aloizio, os novos investimentos são o início de “um grande salto”, que levará dois ou três anos para ser concluído. Ele acrescentou que a nova aparelhagem vai dar mais segurança e melhorar a qualidade da imagem.

O diretor técnico da TV Senado, Ricardo Toscano, explica que, no preço para a aquisição dos equipamentos, também está incluída a capacitação de mais de 60 servidores efetivos e terceirizados para que possam lidar com a nova tecnologia.

O valor total dos investimentos deve chegar a R\$ 22 milhões nos próximos anos, o que proporcionará a substituição de 90% dos equipamentos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ricardo Toscano diz que o uso da nova tecnologia será ensinado aos servidores

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEG

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvia Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Regras para parcerias entre entidades e a administração pública deveriam ter entrado em vigor em 2014, mas governo editou MP que remarca o início de vigência da lei para julho

Medida que adia Lei das ONGs tranca a pauta

FOI INCLUÍDA NA pauta do Senado a medida provisória (MP) que adia para julho deste ano o início da vigência da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014), que contém as regras sobre as parcerias entre as organizações não governamentais e a administração pública.

O prazo inicial de tramitação da MP 658/2014 no Congresso terminou no sábado, mas foi prorrogado por mais 60 dias, até 8 de abril. A medida chegou ao Senado trancando a pauta de votações do Plenário e tramitará no formato original. Na Câmara, não houve acordo entre os partidos sobre os acréscimos feitos à MP pela comissão mista (deputados e senadores) que avaliou o texto antes da análise pelas duas Casas.

A medida foi editada pela presidente Dilma a pedido das ONGs e de alguns órgãos do governo, que queriam mais tempo para se adequar à nova legislação. Inicialmente, a lei estipulava em 90 dias o prazo para o início da vigência, ou seja, as novas regras passariam



Na presidência da sessão de sexta-feira, Paulo Paim lê ofício sobre a MP, que passou na Câmara e chegou ao Senado

a valer no final de outubro de 2014. A MP abriu esse período por mais 270 dias, totalizando quase um ano.

A Lei das ONGs obriga as entidades a participarem de processo seletivo (chamada pública) e cumprirem outras exigências para celebrar par-

cerias com os governos. Entre os requisitos estão, por exemplo, a comprovada experiência no serviço a ser prestado, a ficha limpa e pelo menos três anos de existência.

As regras pretendem evitar o favorecimento de grupos específicos e a escolha de

entidades sem preparo técnico ou estrutura.

Quando a lei passar a valer, os órgãos públicos terão normas mais rígidas para repassar recursos às entidades. As que tiverem contas rejeitadas nos últimos cinco anos, forem punidas por erros em parcerias

anteriores ou tiverem dirigentes com contas não aprovadas em decisão irrecorrível estarão excluídas de convênios.

Conselhos

Entre os acréscimos feitos no parecer elaborado por Gleisi Hoffmann (PT-PR) na comissão mista e derrotados no Plenário da Câmara dos Deputados, estava a ampliação em 25% dos gastos inicialmente previstos para a parceria com a administração pública. Também seria permitido às ONGs inscritas em programas de parcelamento de débitos com o poder público realizarem outras parcerias com a administração.

O parecer da senadora previa a criação de conselhos de políticas públicas destinados ao “diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório”. Contudo, isso desagradou a oposição, que viu nos conselhos uma forma de ressuscitar o “decreto de participação popular”, derrotado na Câmara no ano passado.

Projeto amplia exigências para afastamento de agente político

O afastamento preventivo de agentes públicos e políticos durante processo administrativo ou judicial poderá ter mais exigências. As novas regras deverão valer tanto para os

investigados por improbidade quanto para quem for acusado de compra de votos.

A novidade está em projeto (PLS 7/2015) de Benedito de Lira (PP-AL), via mudanças na

Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) e na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997). A proposta deverá ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão final.

O texto acrescentou à Lei de Improbidade Administrativa o limite de 180 dias para afastamento de agente público investigado pela prática. A norma já previa a adoção da medida por autoridade judicial ou administrativa, mas não fixava prazo.

Outra novidade trazida pelo projeto foi condicionar o afastamento a decisão de

órgão colegiado, seja na esfera administrativa ou na judicial.

Segundo Benedito, a exigência alcançaria não só autoridades com mandato eletivo, mas também juizes, membros do Ministério Público e dos tribunais de contas.

O senador argumenta ter recorrido às ressalvas para impedir “abuso” no afastamento preventivo de agentes públicos e políticos.

“Primeiro, como não há fixação de prazo limite para tal afastamento, por vezes ele tem se tornado praticamente permanente, o que contraria a natureza temporária e limitada

dessa modalidade de afastamento”, observa o parlamentar.

Além disso, o senador justifica que já haveria jurisprudência fixando tempo certo para o afastamento do agente político das funções.

Quanto ao afastamento do mandato eletivo por compra de votos, o PLS 7/2015 trata de condicioná-lo a manifestação de órgão colegiado se ainda não houver uma decisão definitiva da Justiça sobre a acusação.

Caso seja aprovado na CCJ, o texto poderá seguir direto à Câmara se não houver recursos para votação em Plenário.



Processos por compra de votos estão entre as situações tratadas no projeto

Paim alerta para aumento da intolerância no país

Indicado pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) — cargo que já ocupou nos biênios 2007–2008 e 2011–2012 —, Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira que o mundo vive um cenário de agravamento das violações dos direitos humanos. Para o senador, a intolerância e o ódio às diferenças marcaram o ano de 2014.

Segundo Paim, no Brasil, em especial, foram revelados rancores até então imprevisíveis, inclusive durante os debates eleitorais.

— Não faltaram doses significativas de preconceito, racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, bairrismo e o mais tacanho elitismo — disse, referindo-se a manifestações de alguns candidatos e a debates nas redes sociais.

Para combater violações de direitos

humanos, o Senado tomou importantes iniciativas, segundo Paim. Ele destacou a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a violência a que estão submetidos os jovens negros. Citou ainda a promulgação da Emenda Constitucional 81, que prevê a expropriação de imóveis rurais ou urbanos em que se verifique a prática de trabalho escravo.

Programas sociais

Paim também salientou a importância do PLS 650/2011, de Humberto Costa (PT-PE), sobre regras de acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida, do qual é relator na CDH, e elogiou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que articula ações para retirar crianças e adolescentes da prática do trabalho precoce.

Raupp pede juros menores para microempresas

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu, sexta-feira, a redução de juros em financiamentos para pequenas e microempresas, diante do potencial de geração de empregos.

O senador citou dados do IBGE segundo os quais esse segmento é responsável por 20% do PIB e emprega 60% dos trabalhadores, ou seja, 56,4 milhões de brasileiros.

— As maiores fontes de geração de emprego são as pequenas e microempresas. Para que o medo do desemprego deixe de rondar os lares brasileiros, o melhor caminho é incentivar as atividades de menor porte, que se espalham por todo o país — disse.

O parlamentar comentou a elevação da taxa de juros de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais e disse esperar que o

Conselho Monetário Nacional reveja a medida.

Madeira

Raupp fez um apelo à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para que revogue a Portaria 443/2014, que amplia a lista de espécies da flora ameaçadas de extinção e que estão proibidas de extração por madeiras.

— Temos mais de 200 madeiras, com plano de manejo, atuando legalmente. Essa portaria quebra a indústria madeireira no meu estado — afirmou.

Ele se disse confiante em chegar a um acordo sobre a MP 665/2014, que altera as regras do seguro-desemprego, mas observou que, com o aumento da expectativa de vida da população, reformas no sistema previdenciário e nas leis trabalhistas são necessárias.

ACONTECEU NO SENADO



O Plenário no 1º dia da legislatura: 19 estreantes, 5 reeleitos e 3 ex-senadores que voltaram

Senadores tomam posse e Renan é eleito para a Presidência da Casa

Presidente reeleito diz que trabalhará com Câmara e que reforma política avançará

No dia 1º, os 27 senadores eleitos em outubro tomaram posse no Plenário do Senado na primeira reunião preparatória da 55ª legislatura. São 19 estreantes, cinco reeleitos e três que já foram senadores em legislaturas anteriores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, convidou José Maranhão (PMDB-PB), que é o mais velho entre os eleitos, com 81 anos, para ler o juramento que os demais ratificaram em seguida. A chamada dos senadores para firmar o compromisso obedeceu à ordem de criação dos estados.

Ainda no domingo, foi feita a segunda reunião preparatória, destinada a eleger o presidente do Senado para os

próximos dois anos. Renan derrotou o colega de partido Luiz Henrique (PMDB-SC) por 49 votos a 31, com um voto nulo. A votação foi secreta. Esta é quarta vez que ele preside o Senado.

No primeiro discurso após a eleição, Renan prometeu levar adiante temas como a reforma política e uma agenda econômica que “permita ao Brasil crescer sem abrir mão das conquistas obtidas até aqui”. Ele anunciou que vai negociar uma agenda comum com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, eleito poucas horas antes. O objetivo é acelerar o processo legislativo e contribuir para melhorar o ambiente de negócios no país.

PRESIDENTES DOS TRÊS PODERES APRESENTAM METAS PARA 2015

Os trabalhos do Poder Legislativo foram oficialmente abertos na segunda-feira, numa sessão conjunta do Congresso. Os presidentes dos Três Poderes apresentaram metas para 2015.

► **Mensagem do Executivo:** lida pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Beto Mansur (PRB-SP), a mensagem de Dilma Rousseff afirma que as mudanças que o país deseja dependem da estabilidade econômica e garante que o governo tem adotado medidas para o equilíbrio fiscal.

► **Mensagem do Legislativo:** a reforma política foi destaque nas mensagens dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha. Para Renan, esse é um dos maiores desafios do Congresso. O ideal, segundo ele, seria que os parlamentares traçassem as linhas principais e as submetessem a um referendo.

► **Mensagem do Judiciário:** presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, reforçou a importância da harmonia entre os Três Poderes.

NOVA MESA DIRETORA É ELEITA E RECEBE CRÍTICAS DA OPOSIÇÃO

O Plenário concluiu na quarta-feira a composição da Mesa Diretora do Senado. Os senadores elegeram uma chapa única por 46 votos a 2 e 1 abstenção. Falta o cargo de terceiro-suplente, a ser preenchido depois.

A Mesa para o biênio 2015-2016 é a seguinte: Jorge Viana (PT-AC) como primeiro-vice-presidente, Romero Jucá (PMDB-RR) como segundo-vice, Vicentinho Alves (PR-TO) como primeiro-secretário, Zeze Perrella (PDT-MG) como segundo-secretário, Gladson Cameli (PP-AC) como terceiro-secretário e Ângela

Portela (PT-RR) como quarta-secretária.

Para os cargos de suplência, foram eleitos Sérgio Petecão (PSD-AC), João Alberto Souza (PMDB-MA) e Douglas Cintra (PTB-PE).

A Mesa terá 7 dos 15 partidos que compõem o Senado. Não contará com PSDB, PSB e DEM — respectivamente, terceiro, quarto e quinto maiores partidos da Casa. Os líderes das legendas não contempladas protestaram contra o que chamaram de “manobra” da base governista. A maioria das críticas foi direcionada ao presidente Renan

Calheiros, a quem senadores opositores acusaram de não buscar consenso entre os líderes para a composição de uma chapa que respeitasse a proporcionalidade dos partidos. Renan argumentou que não é função do presidente do Senado interferir nos nomes apresentados para a disputa pela Mesa. O líder do PT, Humberto Costa (PE), negou que a chapa tenha sido “troco” pela disputa pela Presidência do Senado, mas reconheceu que recompensa partidos que integram a base do governo — e apoiaram a reeleição de Renan.

LÚCIA VÂNIA QUER DEIXAR PSDB

Lúcia Vânia (GO) anunciou na quarta-feira que pretende deixar o PSDB, como consequência de desentendimentos sobre a participação dela na nova Mesa Diretora. A senadora disse que analisará a questão jurídica que envolve a decisão, mas que não ingressará de imediato em outro partido. “Estou analisando uma legenda em que eu possa fazer política de forma mais confortável”, afirmou. Lúcia Vânia explicou que tomou a decisão em razão do boato de que teria votado em Renan Calheiros para presidente do Senado. Renan foi reeleito, com apoio da base do governo, concorrendo com Luiz Henrique (PMDB-SC), que teve o apoio do PSDB. Ela afirmou que o boato partiu do PSDB e reiterou que cumpriu a orientação da legenda, votando em Luiz Henrique. Segundo a senadora, o boato foi destinado a prejudicar sua candidatura à Primeira-Secretaria do Senado.

ASSINATURAS PARA NOVA CPI

Os líderes da oposição passaram a semana recolhendo assinaturas para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista sobre a Petrobras. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou na quinta-feira que já tem 19 das 27 assinaturas de senadores necessárias. Ele disse que espera obter 32 assinaturas, que serão colhidas até esta semana. Cássio crê que quatro assinaturas virão de parlamentares da base do governo. Para José Agripino (DEM-RN), a CPI terá um desfecho diferente da anterior, que funcionou no Congresso em 2014, porque será feita com base em delação premiada, fatos denunciados e provas oferecidas. Na Câmara, o pedido de criação da CPI da Petrobras foi lido na quinta.



Voldeimir Barreto/Agência Senado

COMISSÃO MISTA ANALISA LIBERAÇÃO DE VERBA EXTRA PARA ESTATAIS

Duas medidas provisórias que liberam crédito extraordinário para órgãos do governo federal, dos estados e dos municípios foram lidas no Plenário na terça-feira. Elas seguiram para a Comissão Mista de Orçamento (CMO). A MP 666/2014 libera R\$ 20,1 bilhões do Orçamento a órgãos federais, incluindo empresas estatais, para gastos com investimentos e custeio. Desse total, R\$ 17,9 bilhões são destinados a estatais, sendo que a Petrobras (e suas empresas coligadas, como a



Agência Petrobras

Plataforma da Petrobras: MP prevê recursos para empresa

Transpetro e a BR) ficou com a maior parcela — R\$ 15,9 bilhões. A MP 667/2015 também destina recursos para empresas estatais, tendo mais uma vez a Petrobras como principal benefi-

ciária. São R\$ 74 bilhões a serem divididos entre estatais e ministérios, sendo R\$ 35,2 bilhões para as estatais. Desse montante, R\$ 29 bilhões se destinam à empresa petrolífera.

CÂMARA ENVIA PARA O SENADO PROPOSTA QUE ALTERA DIVISÃO DO ICMS EM COMPRAS PELA INTERNET

O Senado analisará de novo a repartição entre estados da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado nas vendas por internet e telefone. A Câmara aprovou na terça a PEC 103/2011, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS). O texto aprovado prevê que caberá ao estado de destino o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna desse estado e a alíquota interestadual. Hoje, quando o consumidor do Piauí compra numa loja on-line com sede em São Paulo, o estado de destino não recebe nada, ficando todo o ICMS com o estado de origem.

EX-SENADOR VITAL DO RÊGO ASSUME CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O ex-senador Vital do Rêgo assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na quarta-feira. Ele passa a ocupar a vaga deixada por José Jorge, que se aposentou no fim de 2014. Vital assumiu o posto lembrando que teve uma “passagem intensa” pelo Senado, onde presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e as CPIs do Cachoeira e da Petrobras. Também foi relator das propostas de reforma dos Códigos Penal e de Processo Civil. Apesar disso, segundo ele, o TCU será o maior desafio de sua carreira.

PRIMEIRO PROJETO DO ANO COÍBE EXPLOSÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS

O aumento dos casos de explosão de caixas eletrônicos motivou, em 2015, o primeiro projeto do ano — o Projeto de Lei 1/2015 —, que propõe que a pena de reclusão passe a ser de três a oito anos se o furto se der “mediante o uso de explosivo ou outro meio que cause perigo comum”. Hoje a pena mínima é de dois anos de prisão. De

acordo com o relatório de autoria de Roberto de Souza, o crime de explosão de caixas eletrônicas só ocorreu no estado de São Paulo. A norma atual, justificam, não tem apresentado efeito intimidatório suficiente e os assaltos a caixas eletrônicas vêm se tornando cada vez mais frequentes.